

A TRAJETÓRIA POLÍTICA E O LEGADO DE BARBOSA LIMA SOBRINHO: 100 ANOS DEDICADOS A UM BRASIL INDEPENDENTE

Aluno: Gabriel Souza da Silva
Orientador: Dante Limongi

Introdução

Barbosa Lima Sobrinho foi uma pessoa cuja biografia suscita reflexões e aponta caminhos. Jornalista, parlamentar, administrador público, jurista, o aspecto mais destacado de sua vida foi o amor e dedicação ao nosso país, a busca incessante pela construção de uma nação democrática, independente e desenvolvida, a partir de um ideário nacionalista nascido na prática política e proveniente dos principais embates pós-Revolução de 1930.

Ao final de sua longa existência ele afirmava haver sido sempre um defensor dos interesses nacionais. O nacionalismo de Barbosa Lima Sobrinho, segundo suas próprias palavras, não tem relação com concepções xenófobas, nem guarda semelhança com regimes autoritários nascidos na primeira metade do século passado. Essa verdadeira paixão pelo Brasil lhe rendeu, enquanto homem público, célebres embates que serão o objeto desta pesquisa. Eleito em 1926 o presidente mais jovem da Associação Brasileira de Imprensa (29 anos) e reeleito em 1929, veio a ser, anos mais tarde, o mais idoso presidente da instituição. Governador de Pernambuco, sua administração foi marcada pela preocupação com as classes mais pobres, com destaque para os campos da Saúde e Educação. Deixando o governo, Barbosa Lima regressou ao Rio de Janeiro, onde voltou ao jornalismo e exerceu o cargo de Procurador do então Distrito Federal.

Em 1958, elegeu-se deputado pelo PSB de Pernambuco, integrando-se à Frente Parlamentar Nacionalista, grupo de parlamentares criado para enfrentar o capital estrangeiro e limitar a remessa de lucros ao exterior. Adversário da ditadura militar, atendendo a um pedido de Ulisses Guimarães em 1973, aceitou ser o vice-presidente na chapa do Movimento Democrático Brasileiro, encabeçada por Ulisses, como forma de protesto ao regime militar, sendo a chapa conhecida como a anticandidatura. Defendeu na Constituinte, em 1987, Emenda Popular com 53.334 assinaturas a favor da manutenção do monopólio estatal do petróleo. Foi o primeiro signatário do pedido de impeachment de Fernando Collor de Mello, em 1992. Nos anos de governo Fernando Henrique Cardoso, participou de manifestações contrárias às privatizações de empresas estatais.

Objetivos

Apresentar os principais fatos que compõem a biografia de Barbosa Lima Sobrinho, em cada época, para demonstrar a sua atuação cidadã, a sua defesa intransigente dos interesses nacionais e as lutas de que participou pelo restabelecimento do estado democrático de direito.

Metodologia

Procurando identificar a gênese da atuação política de Barbosa Lima Sobrinho, foram consultados livros, artigos publicados no Jornal do Brasil e outros trabalhos de sua autoria, bem como as entrevistas dadas pelo autor ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas e o seu famoso parecer, como Procurador do então Distrito Federal no emblemático “caso dos bens reversíveis da Light”.

Resultados

1. A formação do cidadão Barbosa Lima Sobrinho

“À medida que me liberto, ou que me creio libertar das vaidades frívolas, sinto-me mais empenhado em cumprir, com inalterável coragem, o meu dever de utilidade”¹

Examinar os momentos iniciais da biografia de Barbosa Lima Sobrinho é fundamental para a compreensão de sua intensa, apaixonada e ininterrupta participação cidadã, que é indiscutivelmente o seu legado, o ponto mais destacado da sua vida.

O cidadão ilustre dos anos posteriores carrega em si a profunda identificação com os assuntos de Pernambuco, dedicando à vida política desse estado, os seus primeiros escritos como jornalista e o início de sua atividade como político atuante. Através desse contexto político é possível entender os ideais democráticos e a defesa dos interesses nacionais que caracterizaram a sua trajetória.

A família de Barbosa Lima Sobrinho é proveniente do Recife. Não era uma família de tradição ruralista, sendo predominantemente urbana. Ainda no tempo de juventude no Recife, escreveu no jornal juvenil que tinha por título “A verdade”, antecipando a linha de ação do seu primeiro livro de grande repercussão, denominado “*O problema da imprensa*”, no combate em prol da imprensa livre.

O primeiro livro de Barbosa Lima Sobrinho, tinha o título de *A ilusão de Edgar*, editado pela Livraria Leite Ribeiro. Segundo o autor, a obra era exatamente o fruto dos estudos que realizara para o concurso na cadeira de direito internacional público e privado, para Faculdade de Direito do Recife. Era também uma demonstração de que todos os projetos feitos para estabelecer normas que limitassem a ação dos combatentes nas guerras que se viessem a travar não passavam de ilusões que, no momento exato em que deveriam ser aplicadas, falharam clamorosamente.

1.1 Surge o jornalista Barbosa Lima Sobrinho: A chegada ao Rio de Janeiro e o início no Jornal do Brasil.

Barbosa Lima Sobrinho chegou ao Rio em abril de 1921. Já havia visitado a cidade logo após se formar na Faculdade de Direito e testemunhou a gripe espanhola. A epidemia fez explodir posteriormente, uma revolta acumulada durante anos contra as instituições de saúde e o desmazelo que o governo do Rio de Janeiro tinha para com a saúde de um modo geral. Para muitos jornalistas da época, assim como para uma grande parcela da população e dos grupos políticos de oposição ao governo Wenceslau Braz, o combate à moléstia era tomado inicialmente como pretexto para a intervenção na vida da população. As doenças epidêmicas, no decorrer da história, foram influenciadas por fatores políticos e sociais, afetando diferentes grupos de pessoas e desfraldando uma gama de respostas.

O começo de sua carreira como jornalista, mesmo tendo estando residente no Rio de Janeiro, estava voltado totalmente para os assuntos internos de Pernambuco, isto porque o Jornal do Brasil, era um jornal com estreitas relações para com os pernambucanos.

“Quem me abriu a porta da casa foi o Conde Pereira Carneiro. Eu o conhecia desde o Recife, porque sua família era fundadora do Clube Náutico Capibaribe que eu frequentava com certa

¹LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *O problema da imprensa*. 2ª.ed, São Paulo, 1923. Com-Arte/USP. p. 12

assiduidade e onde até cheguei a jogar futebol. No clube me tornei amigo dele e de seu irmão Camilo.”²

2. Entre a Revolução de 30 e o Estado Novo.

A década de 1930 foi o período histórico em que Barbosa Lima começou a desempenhar funções políticas. Nesse período foram criadas as bases para seu conhecido ideário nacionalista, com os episódios que serão posteriormente mencionados, como o da criação do Instituto de Resseguros e a sua administração à frente do Instituto do Açúcar e do Alcool.

2.1 Barbosa Lima Sobrinho frente à Revolução.

Considerado o estudo mais amplo e profundo da Revolução de 1930, o livro “*A verdade sobre a Revolução de Outubro*” mostra o historiador cuidadoso, Barbosa Lima Sobrinho, que se destaca ao retratar a importância dos agentes históricos, vencedores e vencidos, eternizados com grau ímpar de imparcialidade e detalhamento, e o povo, sem o qual não é possível analisar as motivações e consequências dos fatos históricos.

“A verdade sobre a revolução de outubro. Publicado três anos depois da eclosão do movimento que levou ao poder a combativa Aliança Liberal, com Vargas de lenço vermelho no pescoço, esse livro se prestava naturalmente à polêmica, por alicerçar em fatos recentes, sujeitos naturalmente à controvérsia. Mas já então Barbosa Lima Sobrinho sabia conciliar o jornalista com o historiador, de modo que, a despeito de ter por tema o passado próximo, soube captar-lhe a verdade factual, graças à probidade profissional do jornalista.”³

A Revolução de 1930 foi o movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança de Getúlio Vargas, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito Presidente da República em 1º de março anterior. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de Presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano. Barbosa Lima Sobrinho, que já havia sido eleito presidente da ABI, não aderiu à Revolução de 30, por considerá-la uma disputa entre oligarquias, sem projeto consistente. Mas acabou admitindo o que considerou avanços, especialmente na legislação trabalhista, trazidos pelo governo de Getúlio Vargas.

Segundo Barbosa Lima Sobrinho, depois de a revolução sagrar-se vitoriosa, foi-se dando dentro dela um processo de conflito entre suas várias correntes, processo que denominou de *dialética revolucionária*. Através dessa dialética revolucionária, foram pouco a pouco preponderando, ou se manifestando, ou pelo menos intervindo com alguma força, elementos reformadores. Nesse choque de tendências e de correntes, a Revolução de 30 foi marcando pontos positivos principalmente na questão das reformas sociais, como marcou também grande avanço com a adoção do Código Eleitoral. Outra das grandes reformas de Getúlio foi a instituição do voto secreto promessa, que constava do programa da Revolução. Até a Revolução de 30, e o Código Eleitoral de 32, as eleições eram marcadas pela fraude e o voto era a descoberto. Segundo palavras de Barbosa Lima Sobrinho:

“Antes disso, era muito fácil para os chefes políticos controlarem o voto do eleitor. Geralmente eles formavam, nos municípios e nos distritos, o chamado "curral": um centro onde se reuniam com todos os seus amigos políticos, e de onde partiam para a eleição já

²Uma porta aberta pelo Conde. Jornal do Brasil, 09/03/1991.

³MONTELLO, Josué. *O acadêmico de cara pintada*. Jornal do Brasil, 19/01/1993.

munidos da sobrecarta e dos votos que deveriam depositar na urna. O chefe político controlava esse processo. Não havia voto livre para ninguém. Com o voto secreto, com a cabine australiana, com a cabine indevassável, isso não foi mais possível.”⁴

A seguir foi convocada a Assembléia Constituinte e foi promulgada em 16 de julho, a Constituição Brasileira de 1934. Foi a que menos durou em toda a História Brasileira. Barbosa Lima Sobrinho destaca o caráter liberal dessa Constituição. Em uma série de artigos no *Jornal do Brasil*, o jornalista cria um país hipotético, que ele denominou “Letrolândia”, para discutir e analisar as características e os problemas da nova Constituição brasileira e da sociedade que lhe dava origem.

“A Constituição de 1934 foi uma Constituição realmente liberal. Em geral, as constituições do Brasil, todas elas se ressentem muito de um defeito básico: preocupam-se mais com o passado do que com o futuro. Procuram corrigir os males verificados no passado, em vez de buscar as fórmulas que possam facilitar a ação do futuro. Era uma reação contra um regime discricionário de Getúlio Vargas e vinha com todas aquelas aspirações que, de certa maneira, se tinham consolidado na revolução paulista de 1932. Procurava ser uma espécie de resumo de fórmulas liberais e de democracia política. Tanto que, pouco depois, ela teve que ser revista para aumentar os meios de segurança do Estado. E foi então criado aquele estado de guerra, já um meio caminho para chegar a 37.”⁵

“Porque a Constituição da Letrolândia contém o horário dos trens. Para mudar a hora de partida de um expresso, é preciso revisão constitucional. E a razão é óbvia. Na Letrolândia, não se respeita o regulamento, não se respeita a lei. Se não estivesse na Constituição, o horário dos trens, seria possível que os trens saíssem no capricho dos maquinistas. Por isso, tudo está regulado e previsto na Constituição, desde o regime dialético das colltes até os preceitos de higiene sexual.”⁶

2.2 Surge o nacionalista: da Câmara dos Deputados ao Instituto do Açúcar e do Alcool

Eleito deputado federal por Pernambuco, Barbosa Lima Sobrinho foi escolhido líder de sua bancada, membro da Comissão de Finanças e relator do Orçamento do Interior e Justiça, na Câmara dos Deputados.

O marco inicial de sua atuação nos temas nacionalistas, se dá quando na condição de Deputado Federal foi relator de um projeto para a criação do Instituto de Resseguros do Brasil, na Comissão de Finanças, em 1937, projeto esse que aliás não chegou a ser concluído devido ao golpe do Estado Novo. Mais adiante, Getúlio Vargas criou por decreto-lei, o Instituto de Resseguros. Essa criação estava inserida em um contexto de ações contra o “imperialismo econômico” que então se apresentava com o rótulo de “cosmopolitismo”. À época, Barbosa Lima Sobrinho já observava que o título de “cosmopolitismo” guiava os grandes capitais estrangeiros de operações de seguros.

Segundo Barbosa Lima Sobrinho, surgirá anos mais tarde, o que ele chama de três pólos de desenvolvimento econômico no Brasil, sendo o mais importante deles a campanha *O Petróleo é Nosso!*, uma intensa batalha que concebeu a Petrobrás, como monopólio do Estado. A segundo grande momento terá sido a criação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, cuja realização nosso autor creditava inteiramente a Getúlio Vargas, e,

⁴LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Barbosa Lima Sobrinho I* (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2005. p. 34.

⁵LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Barbosa Lima Sobrinho I* (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2005. p. 76.

⁶LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *A Constituição da Letrolândia*. *Jornal do Brasil*, 22/07/1934.

terceiro, o nascimento da Eletrobrás.

Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo, adotando uma série de medidas repressivas que estabeleciam um estado de exceção no país. Em virtude do Estado Novo, Barbosa Lima Sobrinho perdeu o seu mandato de deputado federal pois o Congresso Nacional foi fechado.

Reconciliado com Vargas, Barbosa Lima Sobrinho foi presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, de 1938 a 1945, e segundo seus relatos, empenhou-se para organizar um sistema de amparo e em defesa dos donos de engenho. Acreditava que a idéia não era perpetuar a existência deles, era uma situação passageira, que poderia ser enfrentada pelo Instituto através de meios de assistência para que fosse mais fácil a evolução deles para uma situação diferente de produção.

3. A participação de Barbosa Lima Sobrinho no processo de redemocratização em 1946.

“Está sendo esperado nesta capital o sr. Barbosa Lima Sobrinho que vem instalar o Partido Social Democrático de Pernambuco.”⁷

Iniciado o processo de redemocratização, Barbosa Lima Sobrinho participa da articulação política do país. Com a sua proximidade com Agamenon Magalhães, grande líder pernambucano e ministro de Vargas e estando em curso a reorganização dos partidos após a ditadura do Estado Novo, Barbosa Lima redige o programa de um partido criado para ter expressão nacional, e que reuniria os interventores ligados politicamente à Getúlio Vargas.

3.1 O contexto político e o que representavam os grandes partidos criados.

Com a Segunda Guerra Mundial e posterior queda do aparato autoritário montado, a volta do país à democracia era inevitável. O primeiro passo para esta democratização seria a convocação de eleições, com um regime pluripartidário. Embora o Ato Adicional de fevereiro de 1945 instituísse a realização de eleições, pouco se sabia sobre como seria este processo.

Mesmo com a falta de regulamentação sobre o cenário político do período, em 07 de abril de 1945 foi fundada a União Democrática Nacional (UDN). A União Democrática Nacional, nesta época, era uma organização de pessoas que estavam descontentes com o Governo Vargas, e que encontravam na candidatura Eduardo Gomes à Presidência da República, uma possibilidade de atingir o regime, contando com o apoio de parte das Forças Armadas.

Do outro lado, boa parte dos políticos ligados ao Estado Novo discutia desde meados de 1944 sobre a criação de um partido político, e muitos deles também se movimentavam em torno de uma candidatura para a substituição de Vargas no poder. Esses grupos deram origem ao Partido Social Democrático e, em seguida, ao Partido Trabalhista Brasileiro.

3.2 Barbosa Lima Sobrinho redige o primeiro programa do Partido Social Democrático.

O primeiro programa do PSD contou com a participação direta de Barbosa Lima Sobrinho, que redigiu uma versão prévia, para ser submetida às reuniões que se realizaram no apartamento de Benedito Valadares, que tinha sido Governador eleito de Minas Gerais e, posteriormente escolhido por Vargas como Interventor Federal no período do Estado Novo.

As ideias de Barbosa Lima Sobrinho nesse período, estavam intimamente

⁷*Coisas da Política*. Jornal do Brasil, 30/06/1945.

alinhadas com as de Agamenon Magalhães, pelo menos no que se referiam ao fortalecimento das classes trabalhadoras e isto, como costumava justificar o jornalista, explicava sua filiação ao PSD, partido dos coronéis do Agreste e do Sertão, em oposição à UDN, com os barões do açúcar, usineiros e senhores de engenho da Zona da Mata e Litoral, além da aristocracia tirada do poder pela revolução de 30.

Com a regulamentação das leis trabalhistas e o fortalecimento da imagem de Getúlio perante a população, os trabalhadores oriundos deste período de industrialização formavam um grupo político de extrema importância para qualquer agremiação política que quisesse chegar ao poder. Com base principalmente no Partido Trabalhista Inglês, políticos ligados ao Ministério do Trabalho se organizaram (sob a tutela de Vargas) no intuito de formar um partido neste mesmo molde no Brasil e esta organização estaria ligada, intrinsecamente, à figura de Getúlio. Assim nasceu o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

4. Barbosa Lima Sobrinho, Governador de Pernambuco.

“O sr. Barbosa Lima Sobrinho, governador de Pernambuco, proclamado eleito depois de uma tremenda batalha judiciária em que perdeu um ano de mandato viajou para Recife, a fim de tomar posse, por via aérea, em uma sexta-feira, 13 de fevereiro de 1948”⁸

Realizadas eleições para os governos estaduais, Barbosa Lima Sobrinho é eleito para governar Pernambuco. Os pontos principais do programa de Governo foram basicamente, desenvolver esforços para aproveitamento da Cachoeira de Paulo Afonso, visando a um programa de eletrificação rural e urbana; estudos para identificação de áreas reservadas à instalação de indústrias, além dos necessários incentivos fiscais para atrair investimentos; incentivar a mudança de práticas no campo, buscando a mecanização para ampliar a produção e agregando áreas de lavoura pelo aproveitamento de rios; colaborar com a União no sentido da fiel execução da legislação trabalhista e imediata instalação de tribunais nos municípios industrializados para a rápida solução de litígios; encampação dos serviços da Great Western para permitir a tomada de empréstimo externo visando a conservação e ampliação das linhas férreas; implantação de rodovias pavimentadas para reduzir os custos de transporte da produção e o tempo dos deslocamentos, priorizando o centro do Estado e o litoral.

As áreas prioritárias de seu governo não podiam ser muitas, pois Pernambuco encontrava-se em uma fase de grande escassez de energia elétrica. Estava tendo início a construção de Paulo Afonso, e a empresa da Bond and Share, responsável pelo serviço de energia elétrica, deixava um déficit tremendo de energia.

“Para que um estado tenha qualquer iniciativa industrial, precisa comprar os motores para produzir a sua própria energia. Estávamos realmente diante de um obstáculo quase intransponível, de modo que achávamos que devíamos cogitar de outros assuntos que não propriamente esse do desenvolvimento industrial, já que tínhamos que esperar Paulo Afonso que estava em construção. Nosso esforço foi para dar todos os estímulos, todas as facilidades para que o governo federal completasse a construção de Paulo Afonso. Esse foi um dos principais aspectos do governo.”⁹

A recepção do povo ao governo de Barbosa Lima Sobrinho foi extremamente

⁸ Jornal do Brasil, 14/02/1949.

⁹LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. Barbosa Lima Sobrinho I (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2005. p. 186.

positiva, sendo marcado pelo modo com o qual se relacionava com as camadas mais carentes da população, em especial por não impôr a essas o convívio com práticas nefastas características de um estado policial. Conforme o relato do então governador, “o povo sente realmente se o governo está ou não está a seu lado.”¹⁰

“Não sei se contei esse episódio, mas poucos dias depois de eu assumir o governo, frei Lucas, que tinha uma ação religiosa ali em Salgadinho, entre Olinda e Recife, foi a palácio, assustado, dizer: "Dr. Barbosa, o ambiente estava esplêndido com a sua chegada. Havia um sentimento de euforia, mesmo de satisfação, em todo o povo. Mas ontem a polícia chegou lá e prendeu alguns operários, algumas pessoas, e isso causou um mal-estar profundo. Todo mundo já está a pensar que não mudou nada, que tudo vai continuar, na mesma situação." Respondi: "Não, frei Lucas; pode estar certo de que serão tomadas todas as providências para que se estabeleça esse ambiente a que o senhor se refere. Não vou apoiar nenhuma dessas medidas, e a polícia saberá se conter nos limites em que tem que agir". Esse é um ponto em que, em geral, não se cogita: o governo pensa que tem que afirmar a autoridade. Acho que mais importante do que afirmar autoridade é inspirar confiança. Firmar autoridade é simples: basta mandar dois soldados de polícia dar a sua ordem, ou impor qualquer coisa.”¹¹

5. A questão dos bens reversíveis da Light: o jurista em defesa do patrimônio público.

“A reversão não representa um sacrifício do concessionário, mas tão somente a devolução de bens, que foram pagos pelos usuários, no decorrer da concessão.”¹²

De volta ao Rio de Janeiro no início década de 1950, após governar Pernambuco, Barbosa Lima Sobrinho assumiu o cargo de Procurador do Distrito Federal, e protagonizou o que seria o seu momento mais destacado como jurista. A história de vida de Barbosa Lima Sobrinho justifica a forma como com brilhantismo e entusiasmo, defendeu a tese dos bens reversíveis em concessões de serviço público, deixando a lição elementar do cuidado com a coisa pública. O enfrentamento com a empresa canadense Light representava muito mais do que apenas a demanda jurídica propriamente dita, representava o auge de um pensamento político de defesa dos interesses nacionais.

A concessionária Light recusava-se a cumprir a cláusula segundo a qual, no final do contrato de concessão, teria de passar ao Estado os bens que constituíssem o seu patrimônio. Em geral, conforme relata Barbosa Lima Sobrinho, as empresas desse tipo começavam o empreendimento com um investimento financeiro mínimo, com o qual celebravam o contrato. Então, iniciavam as atividades de exploração, conseguiam a partir daí gerar uma renda elevada, e com essas rendas adquiriam os bens de que precisavam para a operação e ampliação da concessão.

“A reversão, na essência, não é uma transferência de propriedade; a propriedade é pública e inalienável. O que a traduz é a extinção com o termo do prazo concedido, do direito de uso e gozo, atribuído ao concessionário.”¹³

¹⁰LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. Barbosa Lima Sobrinho I (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2005. p. 187.

¹¹LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. Barbosa Lima Sobrinho I (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2005. p. 187.

¹²LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. “A reversão das concessões de serviços públicos”. In Revista de Direito Administrativo, Abril/Junho de 1953. p. 32.

¹³LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. “A reversão das concessões de serviços públicos”. In Revista de Direito Administrativo, Abril/Junho de 1953. pp. 31-32.

As empresas, segundo o parecer de Barbosa Lima Sobrinho, não faziam investimento próprio, tudo se pagava com a receita, recebiam o preço dos bens empregados no serviço, através de tarifas, de fundos de amortização, ou de uma só vez, com o fim do contrato. Essa prática feria os princípios básicos da concessão do serviço público, dentre os quais, de que as tarifas devem ser ajustadas exclusivamente para pagar a exploração, os gastos de consumo e de administração, e não os bens de capital, porque estes devem resultar de investimentos que devem vir da parte da empresa. Segundo ainda suas palavras:

“A primeira questão que tive que estudar foi a dos bens reversíveis da Light. Quando a Light queria conquistar o contrato de concessão, ela própria trazia como argumento a cláusula da reversão: quando terminasse o prazo do contrato, todos os bens que constituíssem a concessão reverteriam ao Estado sem indenização, gratuitamente. A própria empresa fazia disso um ponto de partida para conquistar o contrato. Conquistava o contrato e, por serem os bens reversíveis, começava a amortizar o capital que tinha sido empregado, o que tirava todo o caráter de injustiça à reversão. Se ela ia amortizando, estava se pagando daquilo que houvesse sido investido. Não havia injustiça alguma.”¹⁴

“Se o prazo é longo e o contrato fala em reversão, deve-se presumir que se trata de reversão gratuita, pois que a isso nos leva a consideração de que seria benefício duplo, o permitir a indenização com a extensão do prazo concedido. Por outro lado, se, dentro do prazo longo, na dúvida, ou no silêncio quanto à gratuidade, ou não, da reversão, a empresa concessionária se acautelou, através de taxas de amortização do capital investido, chegar-se ia à conclusão de que a indenização final seria um novo reembolsado capital empregado.”¹⁵

Barbosa Lima Sobrinho escreveu outro parecer que sustentava a mesma tese, tratando da reversibilidade dos bens das concessionárias de serviços de bonde do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em especial a situação da Companhia Ferrocarril do Jardim Botânico. As grandes batalhas travadas resultaram em trabalho especial publicado pela Editora Fulgor, de São Paulo, com o título de “*Máquinas para transformar cruzeiros em dólares*”, em que estuda vários aspectos dessas concessões.

6. A anticandidatura à presidência da república.

Abnegado defensor da democracia e da liberdade de expressão, Barbosa Lima Sobrinho encontrou-se em profundo desgosto pelo momento político de seu país, com o golpe militar em 1964, mas ao mesmo levantou-se em luta contra as arbitrariedades praticadas pelos militares, através dos seus artigos no Jornal do Brasil e da famosa anticandidatura à presidência da República.

Após a edição do Ato Institucional nº 5, que extinguiu os partidos políticos então existentes no Brasil, Barbosa Lima Sobrinho filiou-se ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro). O partido reunia a oposição, ou melhor, o que se chamava na época de “oposição consentida”, uma vez que os adversários mais agudos do regime haviam sido relegados ao ostracismo, seja pelo exílio, seja por cassação de direitos políticos, seja pela restrição dos espaços de atuação.

Barbosa Lima Sobrinho mesmo sabendo da inutilidade do esforço que lhe pedia a

¹⁴LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. Barbosa Lima Sobrinho I (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2005. p. 76.

¹⁵LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. “*A reversão das concessões de serviços públicos*”. In Revista de Direito Administrativo, Fundação Getúlio Vargas, Abril/Junho de 1953. p. 33.

Executiva Nacional do MDB, não hesitou em lançar-se anticandidato a vice-presidente na chapa da oposição encabeçada pelo deputado Ulysses Guimarães em 1974, quando o país vivia em plena ditadura militar e o Colégio Eleitoral era dominado pelo partido governista, a Arena. Achou que essa era uma forma coerente de lutar pela redemocratização do país numa hora em que o regime militar concebera uma campanha destinada exclusivamente a confirmar o general Ernesto Geisel na Presidência.

Era uma anticandidatura, pois a eleição era indireta, em um colégio eleitoral controlado pela ditadura, cujos candidatos pela Arena a presidente, general Ernesto Geisel, e a vice, general Adalberto Pereira dos Santos, já eram vencedores antes da ‘disputa’. Mas os dois opositoristas usaram a campanha para percorrer o País, denunciar o autoritarismo e organizar o MDB. Geisel venceu, mas os resultados da estratégia foram colhidos em 1974, quando a oposição elegeu 16 dos 22 senadores.

Terminada a campanha, disse:

“Já falei da sacada de palácios e até de altares ecumênicos, mas nunca me senti mais honrado do que quando fui guindado a um estrado de caminhão, quase numa cena de surrealismo, para falar a eleitores que não iam votar, em nome de candidatos que não eram candidatos mas tão-somente pessoas que protestavam contra a marginalização do povo na escolha do supremo mandatário da nação.”¹⁶

7. A oposição de Barbosa Lima Sobrinho aos governos neoliberais da década de 90.

Com o peso de uma trajetória dedicada à preservação do patrimônio público e à defesa dos interesses nacionais, Barbosa Lima Sobrinho encontrou nos anos 80 e 90, o avanço mais significativo do inimigo que combatera durante toda a vida. A ascensão das políticas neoliberais ao redor do mundo, tendo Margaret Tatcher na Inglaterra como grande expoente, fez Barbosa Lima dedicar boa parte de suas colunas semanais no *Jornal do Brasil* ao embate conceitual e também provocou sua aproximação da luta que os sindicatos travavam, em meio aos processos de privatizações de empresas brasileiras nos anos 90, a alienação dos monopólios públicos nos setores de energia e telecomunicações.

Neste contexto, empenhou-se em denunciar as consequências maléficas do neoliberalismo ao redor do Mundo, como a perspectiva de uma escassez de água cada vez maior na Inglaterra, provocando revolta da população, contra as empresas de abastecimento, que estavam obtendo lucros formidáveis através do aumento abusivo dos preços, desde que foram privatizadas em 1989, no governo de Margaret Thatcher. São palavras suas:

“Optando pela privatização, a sr^a Thatcher está condenando a Inglaterra a desistir de maiores mudanças, a troco de algumas migalhas que vão para os cofres do Estado, o que está longe de ser um programa de progresso industrial. Como quem se contenta em mudar a fachada de sua residência.”¹⁷

7.1 O cidadão do Brasil: Barbosa Lima Sobrinho e o *impeachment* do presidente Collor

Em 1992, Barbosa Lima Sobrinho, aos 95 anos, foi consagrado como uma espécie de guardião da legalidade no país, ao ser designado como o primeiro cidadão a assinar o pedido de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, decisão que fez questão de submeter à prévia aprovação do Conselho da Associação Brasileira de Imprensa, mostrou sua

¹⁶ *O cidadão número 1 do Brasil*, *Jornal do Brasil*, 17/7/00.

¹⁷ LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Privatização em debate*. *Jornal do Brasil*, 06/05/1990.

preocupação democrática com a valorização não de apenas um único homem, mas da instituição.

Barbosa Lima Sobrinho, então presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e Marcelo Lavenère Machado, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foram os autores da denúncia que deu origem ao processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello. De acordo com a Constituição, fizeram-no na condição de cidadãos, e não como representantes das instituições que presidiam, e constituíram Evandro Lins e Silva como seu advogado. Segundo as palavras de Josué Montello:

“A indignação de nosso companheiro condiz perfeitamente com o papel rebelde que ele soube representar no impedimento do presidente Collor. Não se limitou à sua coluna de jornal. Foi para os palanques. Deslocou-se do Rio de Janeiro para Brasília com uma lepidéz de adolescente e ali soube ser o protesto o desafio, a ira santa, assinando a petição que reclamava o impedimento do presidente, enquanto prosseguia nesta página, neste jornal, a sucessão de artigos em que o jornalista ia transformando em opinião pública a sua opinião pessoal.”¹⁸

7.2 O centenário Barbosa Lima Sobrinho vai à luta contra as privatizações.

Com a Lei nº 8.031, de 12.04.90 foi instituído o Programa Nacional de Desestatização - PND, quando a privatização tornou-se parte integrante das reformas econômicas iniciadas pelo Governo Federal. Naquela época, foram concentrados esforços na venda de estatais produtivas, pertencentes a setores estratégicos, o que permitiu a inclusão de empresas siderúrgicas, petroquímicas no PND. Entre 1990 e 1994, o governo federal desestatizou 33 empresas, sendo 18 empresas controladas e 15 participações minoritárias da Petroquisa e Petrofértil. Foram realizados ainda oito leilões de participações minoritárias no âmbito do Decreto nº 1.068.

A CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) foi privatizada em 6 de maio de 1997. Considerada a segunda maior mineradora do mundo, a Vale do Rio Doce (hoje, Vale S. A.) foi privatizada pelo governo federal em 1997, por R\$ 3,3 bi.

Em um de seus artigos, intitulado “O dia da privatização”, publicado na edição de 9/6/91 do Jornal do Brasil, Barbosa Lima Sobrinho denunciou que a Usiminas seria oferecida à venda por menos de dois bilhões de dólares, mesmo sendo avaliada entre 10 e 17 bilhões de dólares.

Essas ações de desestatização por parte do governo federal, eram contrárias a toda concepção sustentada por Barbosa Lima Sobrinho, na qual o Estado era entendido como uma força viva e presente, exercendo uma função de liderança no desenvolvimento econômico-industrial e social, destinado à defesa dos indivíduos e contra os privilégios. Disso emergia um princípio fundamental de seu ideal político, consagrado no célebre livro “*Japão: O capital se faz em casa*”, em que o Estado atuava através de ações coordenadas e planejadas, prevalecendo os interesses da coletividade em detrimento dos interesses privados, com o objetivo de gerar uma nação autônoma e não dependente, como acontecia com o Brasil naquele momento em razão do empréstimo e da sua dívida externa.

Ao longo dos anos 90, empenhou-se para que a ABI fosse um importante instrumento para enfrentar os problemas sociais, dentre os quais, o aumento do desemprego e da criminalidade, que se agravavam conforme eram aprofundadas as medidas neoliberais tomadas pelo governos brasileiros nesse período. Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, tornou essa instituição presente em momentos críticos do período, em que se

¹⁸MONTELLO, Josué. *O acadêmico de cara pintada*. Jornal do Brasil, 19/01/1993.

encontravam ameaçados os ideais democráticos de justiça social.

“O Movimento em Defesa da Economia Nacional, presidido por Barbosa Lima Sobrinho, fará manifestação hoje, às 17h30, no auditório da ABI, no Rio, contra a privatização indiscriminada das empresas estatais.”¹⁹

“Durante o ato público de sábado será escolhida uma comissão de políticos, notáveis – como o presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho – e sindicalistas para ir a Brasília, no início da semana, tentar uma audiência com o presidente Fernando Collor de Mello.”²⁰

“Barbosa Lima Sobrinho, designou o jurista Evandro Lins e Silva para tratar dos seis processos contra empresários acusados de financiar o extermínio de menores de rua na baixada fluminense.”²¹

Já bastante debilitado por problemas de saúde, e ultrapassados 100 de vida, com o descortinar de um século novo, Barbosa Lima Sobrinho recebia homenagens de leitores fiéis e admiradores políticos, consagrado por todos os brasileiros como grande símbolo de coerência. Com a impossibilidade de sair de casa, dedicava-se ao estudo e análise dos problemas do país, ainda com o mesmo entusiasmo juvenil de outrora. Em um de seus últimos artigos, abordou uma vez mais sua amada Pernambuco, ao receber carta do deputado federal por Pernambuco, Clementino Coelho, informando que o projeto de lei nº 82/99, com o intuito de excluir a Chesf (Companhia HidroElétrica do São Francisco), do programa de desestatização, teve o seu texto aprovado na Comissão de Economia da Câmara, em 24/11/99:

“Fiquei recompensado tanto que tenho trabalhado e escrito sobre o total e absurdo de se tentar privatizar a Chesf, ainda mais com o seu enorme potencial na utilização do São Francisco para benefício social de uma grande margem da população brasileira.”²²

Conclusões

Ao fim da pesquisa constatou-se que era constante em cada momento da biografia e participação cidadã de Barbosa Lima Sobrinho, em 100 anos de vida pública, a defesa da democracia e dos interesses nacionais. Sua atuação foi de tal maneira completa e intensa, marcada pela coerência de seus posicionamentos e não omissão diante dos grandes momentos históricos, que para as gerações futuras de brasileiros, representa uma expressão política relevante, na busca de um Brasil autônomo e desenvolvido, seguindo a vontade de seu povo, com o objetivo primordial de promover a democracia e a justiça social.

Referências

1 - LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **Presença de Alberto Torres**. 1ª.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. 520p.

2 - LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **Japão: o capital se faz em casa**. 2ª.ed.

¹⁹GOIS, Ancelmo. *Coluna Lance-Livre*. Jornal do Brasil, 09/03/1990.

²⁰MEDEIROS, Alexandre. *Greve da CSN é longa como em 88 e não tem negociador*. Jornal do Brasil, 27/07/90.

²¹ABI quer ação em defesa de menor de rua. Jornal do Brasil, 24/01/1991.

²²LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Vender o futuro*. Jornal do Brasil, 22/01/2000.

Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990. 238p.

3 - LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **A verdade sobre a revolução de outubro**. 2ª.ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975. 205p.

4 - LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **Barbosa Lima Sobrinho I (depoimento, 1977)**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2005. 274 p.

5 - LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **Barbosa Lima Sobrinho II (depoimento, 1987)**. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV/CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL, 2002. 32 p.

6 - LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **Barbosa Lima Sobrinho III (depoimento, 1997)**. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV/ALERJ, 1998. 9p.

7 - LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **A reversão das concessões de serviços públicos” *In Revista de Direito Administrativo***, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Abril/Junho de 1953. 12p.

8 - LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **O problema da imprensa**. 2ª.ed, São Paulo, 1923. Com-Arte/USP. 196p.